

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Conselho Superior de Estatística**

Deliberação n.º 1452/2002. — *Actualização do Código da Divisão Administrativa/1994.* — Considerando que o Código da Divisão Administrativa/Revisão 1994 foi aprovado para utilização no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) pela 86.ª Deliberação do CSE, tendo sido posteriormente publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 17 de Fevereiro de 1995;

Tendo em consideração as alterações registadas na divisão administrativa do País, aprovadas pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores e publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 10 de Julho de 2002, as quais implicam uma actualização ao Código em vigor no âmbito do SEN;

Considerando ainda que das actualizações que venham a ser aprovadas deverá ser dado amplo conhecimento aos principais produtores e utilizadores de informação estatística:

Nos termos do artigo 10.º, n.º 10, alíneas b) e d), da Lei n.º 6/89, de 15 de Abril, e de acordo com as competências previstas no n.º 2 do anexo D da 140.ª Deliberação do CSE, e ainda nos termos do artigo 16.º (n.º 1B) do Regulamento Interno do CSE, a Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão delibera aprovar para divulgação, por publicação no *Diário da República*, as alterações a introduzir ao Código da Divisão Administrativa/1994, que se incluem em anexo.

16 de Agosto de 2002. — O Presidente da Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão, *Orlando Calço*. — A Secretária do CSE, *Maria Margarida Lobo da Conceição Madaleno*.

ANEXO**Freguesias novas**

Código	Freguesia	Concelho	Ilha
42 03 23	Ajuda da Bretanha	Ponta Delgada	São Miguel.
42 03 24	Pilar da Bretanha	Ponta Delgada	São Miguel.
42 03 25	Santa Clara	Ponta Delgada	São Miguel.
42 06 06	Ribeira Seca	Vila Franca do Campo	São Miguel.

Freguesias extintas

Código	Freguesia	Concelho	Ilha
42 03 02	Bretanha	Ponta Delgada	São Miguel.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**MARINHA****Instituto Hidrográfico**

Despacho (extracto) n.º 21 037/2002 (2.ª série). — Por despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de 10 de Setembro de 2002:

Helena Maria Rodrigues da Costa Julião, técnica superior de 2.ª classe do quadro do pessoal civil do Instituto Hidrográfico — autorizada a acumular actividades docentes, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

11 de Setembro de 2002. — O Director dos Serviços de Apoio, *Fernando Guerreiro Inácio*, CFR SEH.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS****Gabinete do Secretário de Estado
do Desenvolvimento Rural**

Despacho n.º 21 038/2002 (2.ª série). — Tendo em vista a realização dos trabalhos de implantação da rede de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Carril e em complemento do despacho n.º 6249/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série,

n.º 68, de 21 de Março de 2002, determino, nos termos do artigo 8.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, o seguinte:

1 — A constituição de servidões administrativas sobre as novas áreas afectadas pela alteração do traçado da rede de rega e zonas definidas nas plantas anexas ao presente despacho, tendo em vista a redução dos impactos negativos junto dos proprietários.

2 — É declarada a utilidade pública das ditas servidões administrativas, reconhecida a urgência do processo e, assim, autorizada a posse administrativa daquelas parcelas, com vista a rentabilizar as infra-estruturas já existentes através da rápida conclusão das obras do Aproveitamento Hidroagrícola do Carril.

3 — Os proprietários, arrendatários ou, a qualquer título, possuidores dos terrenos ficam obrigados a consentir na sua ocupação e trânsito, na execução de escavações, assentamento de tubagem e acessórios e quaisquer outros trabalhos necessários à execução da obra.

4 — Os actuais e futuros proprietários ficam obrigados a respeitar e reconhecer as servidões administrativas ora constituídas, a consentir, sempre que se mostre necessário, o acesso e a ocupação pela entidade gestora do Aproveitamento Hidroagrícola, bem como a absterem-se de efectuar edificações, mesmo que provisórias, numa faixa de terreno de 5 m para cada lado da conduta e escavações a uma profundidade superior a 50 cm.

5 — Em anexo publica-se o novo traçado da rede de rega e listagem dos novos proprietários e prédios afectados, mantendo-se, também, o despacho anteriormente publicado.

6 — Os encargos são da responsabilidade da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, para os quais dispõe de cobertura financeira.

23 de Agosto de 2002. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar*.